

História Social da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil a partir dos marcos legais e do cotidiano

Fabio Santos de Andrade¹

Resumo. A problemática que envolve crianças e adolescentes em situação de risco é tema reticente no Brasil. Diversos autores abordam questões que buscam compreender o cotidiano sócio histórico e os fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais que atravessam esse cotidiano resignificando, a história do Brasil. Nessa trilha, esse trabalho apresenta uma compreensão teórica sobre cotidiano de crianças e adolescentes no final do século XIX e durante o XX, na tentativa de elucidar a forma como eram tratadas, principalmente as que se encontravam em situação de risco pessoal e social. Destaca-se as políticas públicas e as legislações concernentes à criança e ao adolescente e que tipo de impacto tiveram no cotidiano e nas ações sociais. Cabe considerar que durante a história do Brasil crianças e adolescentes pobres sempre foram envolvidos em uma carga de preconceitos que os caracterizava como seres inferiores, dignos de piedade e vítimas das violências por parte da sociedade e do Estado. Durante a vigência do Código de Menores, aprovado em 1927, tornaram-se responsabilidade do Estado que os incluía numa *Doutrina de Situação Irregular*. Desde o Código de 1927 até a Política Nacional do Bem-estar do Menor, correspondente à reformulação do Código de Menores de 1979, decorreram mais de cinquenta anos, em que foi empregada a prática de internação de crianças e adolescentes, independentemente de tratar-se de um regime político autoritário ou democrático – correção do comportamento ou educação para integração social, respectivamente. Somente com a Constituição Federal de 1988 é que foram inseridos, no Brasil, os *Direitos Internacionais da Criança*, proclamados pela ONU desde 1950. Ademais, foi com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que o Estado assumiu sua responsabilidade sobre o atendimento integral às crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos, deveres e saberes. Extinguiu-se o termo “menor” e passou a vigorar a expressão “crianças e adolescentes”. No entanto, mesmo com a nova legislação, crianças e adolescentes ainda continuam sendo violentados e expostos a diversas situações de risco.

Palavras-chave: História Social. Situação de Risco. Movimentos Sociais. Crianças e Adolescentes.

1 Introdução

Ao revirar a história social do Brasil percebemos que crianças e adolescentes pobres sempre foram envolvidos em ações de violência que os conceituava como seres

¹ Doutor em Educação. Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACIE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado Profissional (PPGEE/MEPE) da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: fabioandrade@unir.br

inferiores, dignos de piedade ou violadores da ordem pública. Assim, na tentativa de compreender o cotidiano da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social no fim do século XIX e durante o século XX, é necessário que ampliemos nosso olhar, buscando fatos significantes na história social do Brasil.

Cabe destacar que no final do século XIX a maiorias das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social era negra já que os negros, junto com os mestiços, representavam cerca de 2/3 da população brasileira do período e por descenderem de pessoas escravizadas formavam, majoritariamente, a classe pobre do Brasil. A este grupo somavam-se as brancas enjeitadas, vítimas de abandono por parte das famílias. Assim, a vida cotidiana dessas crianças e adolescentes as inseria efetivamente em situações de risco, entendendo tais situações como ocorrências danosas, no plano físico, mental ou social.

Tendo como base esse contexto histórico, este trabalho apresenta uma compreensão teórica sobre o cotidiano de crianças e adolescentes brasileiras no final do século XIX e durante o XX, na tentativa de elucidar a forma como eram tratadas, pelo estado e/ou pela sociedade, principalmente as que se encontravam em situação de risco pessoal e social.

Apresentamos destaque às políticas públicas, às ações sociais e filantrópicas, às legislações e concernentes à criança e ao adolescente e que tipo de impacto tiveram no cotidiano e nas relações de sociabilidade.

2 Violência e cuidado no atendimento a crianças e adolescentes

O século XIX, caracterizado pelo período conhecido como Brasil Império, é marcado pelo descuido com a vida das crianças pobres, não apenas as negras, mas todas as crianças em situação de pobreza. Roberto da Silva (1998, p. 38), ao considerar o cotidiano da criança brasileira destaca que “até 1824 as crianças indesejáveis eram expostas nas portas das casas particulares, nos lugares públicos, como igrejas e ruas, ou atiradas em monturos de lixo”. Outras eram encaminhadas para a Roda dos Expostos.

Cabe destacar que Roda dos Expostos consistia em um instrumento feito de madeira em forma de tonel giratório que unia a rua ao interior das Santas Casas da Misericórdia. No Brasil, segundo Roberto da Silva (1998, p. 39), a primeira Roda dos Expostos foi instalada em Salvador, em data incerta mas anterior a 1700, e a segunda no Rio de Janeiro em 1738, sendo estes os dois principais centros urbanos do país.

De acordo com Marcílio (2006, p. 53-54), a Roda foi um instrumento inventado na Europa medieval.

Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou casas de famílias, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas.

Na Roda eram depositadas as crianças sem que o acolhedor soubesse quem fora o depositante. Esta não era um instrumento criado apenas para minimizar o sofrimento dos órfãos pobres, servia como instrumento que contribuía para a manutenção da moral e da ordem pública. Motta (2005, p. 54) argumenta que a Roda dos Expostos era alimentada não só pela miséria, “[...] uma vez que mulheres brancas de boa estirpe também enjeitavam os filhos num gesto que resultava da condenação moral social vigente na época e de suas consequências para a mulher”.

O funcionamento da Roda era complexo por envolver muitas pessoas com diferentes funções; as crianças entregues eram recebidas pela ama-seca, também conhecida como rodeira, responsável por girar o tambor no momento da entrega e preservar o sigilo sobre o depositante. Posteriormente as crianças eram entregues à ama de leite, responsável pelo cuidado e amamentação.

A Roda não tinha por objetivo inicial ser um abrigo e sim um espaço de recolhimento. As crianças deveriam permanecer na Casa da Roda apenas o tempo necessário para seu restabelecimento. Quando restabelecidas, as crianças eram entregues às amas de empréstimo, responsáveis por levá-las até as amas da fora, “[...] mulheres que

residiam em domicílios próprios e cuidavam dos enjeitados até eles completarem sete anos de idade” (VENÂNCIO, 1999, p. 29). Após os sete anos as crianças e adolescentes, órfãos, eram encaminhados para servir em seminários, conventos ou entregues aos cuidados de pessoas “caridosas” que podiam explorar seus serviços em troca de “cuidados”.

Com o passar dos anos a Roda se tornou um instrumento que servia, na maioria das vezes, para acobertar os crimes morais das mulheres brancas. Nesse período, a mulher branca, de posição modesta, ao assumir um filho gerado sem antes receber o sacramento do matrimônio, ficava sujeita à condenação moral e religiosa, no entanto, conforme Venâncio (1999, p. 19), abandonar a própria prole também “[...] consistia em impiedade, em desrespeito aos mandamentos católicos”. Assim, a mulher que tinha uma gestação indesejada por ter mantido relação sexual com um escravo ou antes do casamento, deveria ser afastada de seu grupo social, isolada normalmente em um convento. Após a gestação a criança era entregue à Roda e a mulher retornava “pura” ao seu convívio social e apta a receber o sacramento do matrimônio.

Ainda no século XIX, a maioria absoluta das mulheres negras eram escravas, sendo sua prole escrava também, ou seja, mercadoria, o que impossibilitava a entrega de seus filhos à Roda. “Daí pode-se supor que os enjeitados no Brasil colonial tenham sido em grande parte resultado de relações ilícitas de mulheres de condição social elevada” (MOTTA, 2005, p. 55). Sendo a criança negra escrava e posse de seu proprietário as crianças em situação de risco eram brancas, sem pais, responsáveis ou donos. As crianças brancas enjeitadas e abandonadas nas ruas se tornavam a principal atenção das ações sociais do século XIX.

A Roda passa posteriormente a funcionar como abrigo para crianças filhas de escravos, devido à publicação da Lei do Ventre Livre (também conhecida como Lei Rio Branco, promulgada no dia 28 de setembro de 1871). De acordo com Venâncio (1999, p. 169), “[...] em 1871, o novo perfil racial da instituição foi até mesmo definido por Lei. Segundo a medida que libertava os filhos de escravas, uma vez comprovado o mau tratamento infligido à criança cativa, o Juiz de Órfãos deveria enviá-la à ‘Casa dos

Expostos’”. Com isso, a partir de 1896, a Roda dos Expostos passa a se chamar Casa dos Expostos, recebendo negros e brancos.

Com a República em 1889, a Casa da Roda deixa de ser considerada um instrumento importante no cuidado das crianças. O novo perfil social e cultural que se tenta implantar inspirado no continente europeu provoca a crise da instituição. Contudo, a mesma só passou a ser legalmente desativada após 1927, sendo a última Casa fechada na década de 1950, na cidade do São Paulo. 1927 também é o ano que marca o início das tentativas do Estado para sanar a problemática que envolvia as crianças e adolescentes em situação irregular.

De acordo como Marcílio (2006, p. 224), nesse período era clara a distinção entre criança rica e criança pobre. A primeira era alvo das políticas públicas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ era estigmatizada como ‘menor’, “[...] deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho”.

É importante destacar que o termo “menor” sempre foi usado de forma preconceituosa, para caracterizar as crianças e adolescentes pobres, criando uma clara distinção entre estas e as que detinham boa condição financeira, como afirmam Drexel e Iannone (1994, p. 24):

A palavra “menor”, antônimo de “maior”, passa a ideia de pequeno, ainda por formar-se, que não é sujeito pleno, que depende de um maior, sob cuja tutela e custódia deveria estar. Porém, o termo “menor”, nesse sentido, tem sido aplicado apenas às crianças e jovens de famílias bem-constituídas e estáveis. Para os demais – os pobres, os abandonados, os internos em orfanatos ou órfãos do Estado –, a palavra “menor” assume uma conotação pejorativa, trazendo em seu conteúdo semântico a insinuação preconceituosa de “marginal”.

Ainda em 1927, foi aprovado o Código de Menores (Lei nº. 17.343/A, de 12 de outubro de 1927), o qual visava ao atendimento aos “menores infratores e abandonados”, ou seja, todos os que estavam em situação irregular.

Art 2º. Para efeito deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para prevê-las;

II – vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independente de ato judicial (MACHADO, 1986, p. 05).

O Código também previa a criação de: 1) celas especiais para menores delinquentes, 2) hospitais psiquiátricos para os menores excepcionais; 3) abrigo para os desfavorecidos ou considerados inadaptados e menores abandonados; 4) regulamentava o trabalho infantil que antes era proibido (BIERRENBACH, 1987, p. 78). Ainda segundo a autora, as celas especiais era algo que só existia no Código de Menores de 1927, onde se admitia o recolhimento de menores junto às delegacias de polícia.

É nesse mesmo período que se inicia a fase denominada por Silva (1998) de “Assistencial”. O Poder Judiciário cria e regulamenta o Juizado de Menores e as instituições auxiliares, passando o Estado a ser o “[...] responsável legal pela tutela da criança órfã ou abandonada. Diminui sensivelmente os casos de abandono anônimo e a mortalidade dos expostos, mas acentua-se a tutela sobre o exposto até os 18 anos de idade” (SILVA, 1998, p. 35). Situando o Código em seu tempo histórico, devemos considerar que ele representou um grande avanço na garantia de direitos das crianças e adolescentes, rompendo com um modelo de violência anteriormente imposto.

Antes da criação do Código de Menores, a União Internacional *Save the Children*² já havia redigido um documento que ficou conhecido como Declaração de Genebrae que

²Save the Children (International Save the Children Alliance) é uma associação criada em Londres, no ano de 1919, atuando na defesa dos direitos das crianças.

apontava os princípios básicos da proteção e cuidado à infância. Esse documento foi redigido em 1923 e aprovado em 1924, na Quinta Assembleia da Sociedade das Nações, onde foi proposto a todos países que compunham a União que o seguissem. É importante ressaltar que a Declaração não é apenas um desejo da União, mas o resultado do clamor do povo por justiça.

Na prática, o Brasil parece não ter levado a sério a Declaração de Genebra e alguns princípios do Código de Menores, já que as medidas de atendimento às crianças e adolescentes pobres na maioria das vezes os violentavam. As ações para manutenção da ordem pública foram logo colocadas em prática no estado de São Paulo, onde, em 1935, foi criado o Serviço Social de Assistência e Proteção do Menor. As crianças e adolescentes apreendidos nas ruas, por qualquer motivo, eram levados ao abrigo de triagem do serviço social de menores, onde eram agrupados por idades. O Estado passa a executar uma verdadeira limpeza dos espaços públicos, retirando das ruas não apenas os que estavam em situação de rua, mas todos que representassem uma ameaça à ordem que se pretendia estabelecer.

A ação do Estado fez aumentar significativamente o número de crianças e adolescentes ditos abandonados, já que “estar na rua”, por qualquer razão, era justificativa de abandono. Segundo Pinheiro (1985, p. 85), na década de 1930, “[...] em 20.351 processos civis do Juízo de Menores (compreendidos, abandono, apreensões, tutelas, alvarás, pátrio poder e justificações), os abandonos somaram 15.985 ou seja 78%”.

No que se refere à escola, esta era algo quase que inteiramente ocupada pela classe média, pois a mesma era um lugar onde se aprendia o recato como extensão da família. Nelas as professoras se tornaram responsáveis pelo cumprimento das exigências do “Estado Padrasto” que se considerava responsável pela boa educação dos alunos, desviando o real objetivo da educação para o controle social.

Ainda na década de 1930, Getúlio Vargas cria o primeiro Ministério de Educação e Saúde e em 1934 estabelece a nova Constituição que prevê no seu Artigo 150a, “[...] a necessidade da elaboração de um Plano Nacional da Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis” (FREITAG, 1979, p. 50). A escola pensada

para o período tinha como objetivo ensinar as crianças a viver melhor, aprendendo a cuidar da casa, a realizar as tarefas com mais atenção e eficácia, a fim de manter padrões de vida familiar e social aceitáveis.

Outros fatos importantes da história política brasileira ocorreram na década de 1940 quando foi consolidado o Populismo Nacionalista, o fortalecimento dos partidos políticos de caráter nacional e a rápida expansão industrial. Além das leis voltadas para a educação, deve-se destacar que o governo de Getúlio Vargas foi o responsável pela geração de diversas leis voltadas à criança e ao adolescente, que, apesar de teoricamente proteger e educar os “menores”, apenas os puniam. Dentre essas leis, destacaram-se as que surgiram a partir da década de 1940 em meio às ideologias de um Estado de Bem-Estar Social.

Em 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.799, foi criado o Serviço de Assistência a Menores(SAM), que pretendia amparar, em nível nacional, todos os “menores” desvalidos e infratores. Gradativamente, surgiam novas leis e decretos que regulamentavam a “prisão” de adolescentes, como o Decreto-Lei nº. 6.026, de 24 de dezembro de 1943, que regularizava a internação de menores de 18 anos que praticavam atos infracionais. Essa prática já era prevista desde o Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. “Tal prática de prisões se justificava pelo fato de o menor não ser mais visto apenas como desvalido ou delinquente, passa a ser tratado também como menor perigoso” (BIERRENBACH, 1987, p. 87).

Os governos que sucederam ao de Vargas (José Linhares, 1945-1946, e Eurico Gaspar Dutra, 1946-1951) não modificaram as leis, tampouco encontramos registros de novas leis de grande relevância criadas nesse período e que se destinassem às crianças e/ou aos adolescentes.

Em 1950 Getúlio Vargas venceu as eleições presidenciais e assumiu o poder em 31 de janeiro de 1951. Ao surgir como adversário do imperialismo, Vargas recebeu o apoio de empresários nacionais, grupos nacionalistas do Congresso e das Forças Armadas, da União Nacional dos Estudantes e das massas populares. No entanto, só no governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em 31 de janeiro de 1956, é que voltaram a surgir novas leis, também “violentas aos menores”. E, por ser o Estado de maior densidade demográfica, São Paulo

sempre foi destaque no que diz respeito à criação de instituições para “atendimento” a “menores”. Segundo Bierrenbach (1987, p. 82):

Em julho de 1956, foi criado em São Paulo, o recolhimento provisório de menores (RPM), mediante a Lei estadual nº. 2.705 e subordinado diretamente ao juizado de menores, na tentativa de atender menores infratores de 14 a 18 anos, que se tornou uma síntese das distorções das formas de atendimento ao problema dos menores.

Em meio aos problemas enfrentados pelo Brasil, os países que compunham a Organização das Nações Unidas (ONU), preocupados com o aumento progressivo do número de crianças e adolescentes em situação de risco, que afetava diversos países em desenvolvimento, aprovaram em 1959, em Assembleia Geral, a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Havia a esperança de que o Brasil seguisse a Declaração, no entanto, os anos que seguiram apenas violentaram ainda mais as crianças e adolescentes ou seja, os chamados “menores”.

Em 1964, dá-se a renúncia de João Goulart, exigida pelos militares que instauraram o Regime Militar (1964-1985) por meio do Golpe de Estado de 31 de março de 1964. No mesmo ano, em meio a pressões anarquistas, surgiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), abrangendo todos os que tinham menos de 21 anos, independentemente da procedência de classe social. Porém, só eram chamados de “menores” os que vinham das famílias pobres.

Ainda no ano de 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Lei nº. 4.513, de 1º. de setembro de 1964. E por essa trilha os governos estaduais criaram a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), as casas de isolamento e as escolas de Aproveitamento de Menores. Esses lugares, denominados espaços educativos, serviram como espaços de repressão, destinados às crianças e adolescentes de classe pobre que precisavam ser educadas por serem consideradas inadaptadas à sociedade. Nesses espaços,

Sob a denominação de setor educativo, agrupam-se categorias de profissionais encarregados da reeducação de crianças e de adolescentes que apresentam deficiências físicas ou psíquicas, distúrbios do caráter ou do comportamento; infratores ou em vias de sê-los, confinados pelas autoridades judiciárias ou administrativas, ou pelas próprias famílias. Em outras palavras, é o que se

denomina, oficialmente, a infância inadaptada (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 114).

A FEBEM, as casas de isolamento e as escolas de Aproveitamento também foram consideradas casas de tortura e espancamento, e ao invés de apresentarem um trabalho educativo apenas despertavam a ira dos que por ali passavam. Costa (1999, p. 11) afirma que essas instituições nada mais eram do que “[...] depósitos de crianças e jovens que, na esteira da execução da política do bem-estar do menor, foram criados em todo o país, sob o rotulo pomposo de ‘Programas socioterapêuticos’”.

Costa (1999), que dirigiu a FEBEM feminina da cidade de Ouro Preto (Minas Gerais), no período da Ditadura Militar, detalha como era o tratamento dispensado às crianças e adolescentes que passavam pela instituição,

As meninas (de sete a dezessete anos) jantavam às 5 horas da tarde e às 7 da noite, recolhiam-se a um imenso dormitório coletivo, de onde só saíam na manhã seguinte. Aos sábados e domingos, a rotina não era diferente. Isso, naturalmente, provocava revoltas, fugas e depredações. Para garantir a ordem, um soldado da Polícia Militar, armado de um pedaço de pau, montava guarda no portão do estabelecimento e, quando necessário, intervinham no seu interior. [...] Um detalhe elucidativo: quando as duas monitoras da noite entravam com as meninas no imenso pavilhão de dois andares, o vigia passava, por fora, uma tranca e um cadeado. Em razão dessa prática, os basculantes foram inteiramente destruídos, o que levou os funcionários a passar arame farpado onde outrora havia vidros. Essa medida, além de dar um aspecto horrível ao local, não impedia do frio, que, em Ouro Preto, é rigoroso no inverno (COSTA, 1999, p. 16).

Como o Regime Militar foi marcado por um período de repressão, qualquer pessoa que discordasse das ideias do governo era considerada uma ameaça ao mesmo. Devido a isso, muitas foram torturadas, mortas ou exiladas. Os grupos de oposição ao regime que permaneciam no Brasil e que, de diversas formas, tentavam derrubá-lo, eram perseguidos. Qualquer pessoa suspeita de envolvimento com estes era violentada ou tinha seus familiares torturados e/ou mortos. Muitas crianças e adolescentes, cujos familiares eram suspeitos desse envolvimento, foram torturados e/ou mortos. Como exemplo, tem-se o caso do ferroviário aposentado João Farias de Souza, de 65 anos, que, após ser preso na cidade de Fortaleza, em 1964,

[...] deveria declarar tudo quanto soubesse, sob pena de se assim não fizesse, o promotor teria autoridade para prender toda a sua família; que, no dia em que fizeram busca em sua residência, a polícia havia levado dois de seus filhos, permanecendo naquela repartição até a hora em que o interrogado voltou à sua residência [...] (ARNS, 1986, p. 45).

De todos os atingidos pelo Regime Militar, 38,9% tinham idade igual ou inferior a 25 anos. “E mais: em meio a esses 2.868 jovens processados em idade inferior a 25 anos, 91 ainda não tinham sequer atingido os 18 anos quando começou a ser formada a ação penal” (ARNS, 1986, p. 86).

Todo o período do Regime Militar foi marcado pelo desrespeito aos direitos humanos aliado à prática de ações violentas contra a população e principalmente contra os jovens. Para Frei Betto (1988, p. 99) “a juventude (foi) a vítima mais direta da ditadura militar. Período que aniquilou os recursos e as possibilidades que havia de os jovens coincidirem a sua entrada na adolescência com a entrada na vida social”.

Em 1979, o Estado reformula a Lei nº. 17.343/A de 1927, elaborando o novo Código de Menores (Lei nº. 6.697, de outubro de 1979), introduzindo no Brasil a Doutrina da Situação Irregular, na qual a conduta jurídica invocava as condições sociais e pessoais da infância e da adolescência, e não o sistema que as gerava, para definir seu destino. A Doutrina da Situação Irregular reconheceu um sistema de exclusão de meninos e meninas considerados “menores”. Este novo Código também modificou o regimento da FEBEM onde “menor” passou a ser equiparado ao criminoso adulto, “[...] o advogado de defesa precisava da aprovação dos diretores das unidades para visitarem os menores internados, a lei também legitimava a permanência de menores em dependências policiais, o que anteriormente ocorria à revelia” (BIERRENBACH, 1987, p. 82).

Foram mais de cinquenta anos (do Código de Menores de 1927 até o de 1979) utilizando-se a prática da internação de “menores”, independentemente de tratar-se de um regime político autoritário ou democrático – correção do comportamento ou educação para integração social, respectivamente. Mesmo com as tentativas de melhoria, as FEBEMs não deixaram de ser consideradas “escolas para o crime”. Em todo esse período a internação de crianças e adolescentes em situação de risco sempre foi a forma mais eficaz encontrada

pelo governo para acabar com esse problema social, porém as medidas repressivas adotadas agravaram ainda mais a situação.

A internação em instituições assistenciais com suas rotinas opressivas contribuiria, segundo vários autores, para que a criança incorporasse as características de “menor”: Uma pessoa na qual não se pode confiar, nem investir em educação, mas apenas controlar e reprimir (VIOLANTE *apud* KOSMINSKY, 1993, p. 160).

Foi durante o Regime Militar que a miséria brasileira atingiu o mais alto nível. Nesse período, registrou-se, no estado de São Paulo, a existência de 600.000 “menores” abandonados em 1971, e em 1975 um relatório do Banco Mundial mostrou que 65,4% da população brasileira estava desnutrida, o equivalente a 70 milhões de brasileiros.

O Regime Militar, que aumentou o índice de maus-tratos aos “menores”, só terminou em 1985, período marcado por uma crise nacional, pela alta inflação, pela dívida externa que atingia o mais alto nível da história, pelo baixo índice de escolaridade e pela fragilidade das instituições.

A retratação aos males causados às crianças e aos adolescentes nos anos supracitados começou a acontecer na década de 1980. No entanto, aquelas instituições que os puniam continuaram a ser os meios mais viáveis para o trabalho com os mesmos.

Sob o ecoar das vozes do povo que manifestavam o pensamento sobre um novo contexto de proteção e garantia de direitos e por meio da Convocação da Assembleia Nacional Constituinte é que surgiu a possibilidade de alterar de forma definitiva a legislação voltada à criança e ao adolescente. O Estado deveria extinguir a Doutrina da Situação Irregular e gerar a Doutrina da Proteção Integral, cuja base vinha sendo discutida em âmbito mundial desde 1979 e no Brasil já era bandeira de luta dos movimentos sociais de 1959. Assim, em 1988, por meio da Constituição brasileira, os direitos das crianças e dos adolescentes começaram a ser, teoricamente, respeitados. Com o Artigo 227 temos a implementação da Doutrina da Proteção Integral e do Princípio da Prioridade Absoluta para o atendimento às crianças e aos adolescentes, sem distinção de cor, raça, idade ou

condição social. Todos passam a ser tratados como crianças e adolescentes e não mais como menores.

Essa nova visão adotada pelo Brasil, voltada à criança e ao adolescente, já era praticada em outros países desde a Declaração Universal de 1959; no entanto, a nova legislação brasileira de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente só toma forma em 1990, com a aprovação da Lei nº. 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Nessa luta por mudanças no atendimento à criança e ao adolescente cabe destaque ao papel fundamental dos movimentos sociais. O ECA é fruto de um grande esforço, articulação e mobilização da sociedade e dos movimentos que há muito tempo defendiam os direitos da criança e do adolescente, dentre eles a Pastoral do Menor vinculada à Igreja Católica e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que era uma instituição civil independente. Cabe destaque à Campanha da Fraternidade realizada pela Igreja Católica no ano de 1987, com o tema “Fraternidade e o Menor” e lema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. A Campanha da Fraternidade foi grande mobilizadora da população para atenção à criança e ao adolescente em situação de risco, o que impulsionou a aprovação do ECA.

Após inúmeras reuniões, manifestações, pressões e acordos, encarregaram-se de sua redação, não apenas os juristas, como acontece com as demais leis, mas representantes da sociedade civil, em sua maioria das ONGs – Organizações Não Governamentais (RAMOS; BARBOSA, 1990, p. 77).

O ECA ampliou e definiu os compromissos da Família, da comunidade e do poder público, para com os direitos da criança e do adolescente, garantindo a estes os mesmos direitos que têm os adultos e mais os direitos especiais aplicáveis a cada idade³. Apesar de ser pouco conhecido e mal compreendido, o Estatuto vem penetrando vagarosamente na sociedade com o intuito de defender a criança e o adolescente, e para isso,

³De acordo com o artigo 2 do ECA, considera-se criança, para efeitos legais, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

A base doutrinária do Estatuto da Criança e do Adolescente utiliza um sistema de garantias que consiste na ação conjunta da sociedade civil organizada, através do cumprimento de deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público (RAMOS; BARBOSA, 1990, p. 80).

O mesmo envolve agentes sociais e públicos, responsáveis pela correção de desvios entre a realidade e a norma legal, e toda a comunidade (pais, responsáveis, Conselhos de Direitos⁴, Conselhos Tutelares, polícias, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e Juizado da Infância e Juventude).

Cabe destaque aos Conselhos de Direitos que devem funcionar a nível nacional, estadual e municipal, e têm a função de projetar as grandes ações para garantir, a médio e longo prazo, o atendimento aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Acompanham a situação dos mesmos no município, no Estado e no país e trabalham para a elaboração, implementação e manutenção das políticas públicas e serviços sociais básicos, sendo, por isso, denominados órgãos deliberativos. Possuem a competência para deliberar, controlar, articular e gerenciar e devem ser compostos por representantes, em igual número, dos movimentos sociais e dos órgãos públicos, daí serem chamados partidários.

Os Conselhos de Direitos também atuam como articuladores das ações de atendimento e defesa das crianças e adolescentes na tentativa de criar um rede atuante e com profissionais capacitados. A eles se vinculam tanto os programas governamentais quanto as Organizações Não Governamentais.

O Estatuto criou os Conselhos Tutelares, que devem atuar como sentinelas, permanentemente atentos ao pleno cumprimento da lei, zelando pela proteção e defesa das crianças e dos adolescentes. Aqueles têm por obrigação resolver os problemas do cotidiano, no âmbito da família e da comunidade, além de conhecer e divulgar o Estatuto, no qual têm seu trabalho fundamentado.

O Estatuto também abre um grande espaço para que o sistema capitalista se torne “socialmente responsável” pela educação de qualidade negada por todo o século XX. Com isso, surge o despertar para a “vocação” filantrópica. Segundo Frigotto (1998, p. 37),

⁴  rg  os que fazem parte das diretrizes das políticas de atendimento, constantes do Livro II, art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Uma forte manifestação desta “vocação” filantrópica e moralizante das elites empresariais, políticas, eclesiásticas e mesmo da “intelectualidade”, no Brasil, d -se mediante a visão de que a escola é o “lócus” por excelência destinada a solucionar o problema da violência, dos meninos e jovens infratores, da pobreza, do subdesemprego, do mercado informal, desemprego e, hoje, especialmente, dos desenraizados meninos e meninas de rua.

Cabe destacar que todo esse processo, político, administrativo e social, que envolveu o Brasil nos séculos XIX e XX e que afetou sobremaneira as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, não se limitou aos grandes centros urbanos, fazendo-se presente em várias cidades que passavam por um processo de desenvolvimento econ mico.

3 Considerações não finais

Um trabalho de pesquisa que envolve a história social estará sempre em construção, seu fim significa a conclusão de um tema, o que   impossível ao historiador. Nos   possível apresentar fragmentos da história conduzidos sob o olhar contaminado pelos desejos do pesquisador. São esses resultados que esse trabalho apresenta e sobre o tema tratado percebemos que o Brasil, considerando as características de cada tempo histórico, implementou um série de ações que ora violentavam, ora protegiam crianças e adolescentes.

A cor da pele, a condição econ mica e os contextos culturais e sociais sempre foram elementos provocadores de violências e desigualdades onde crianças e adolescentes foram as principais vítimas do sistema perverso. Cabe destaque as violências a que foram submetidas as crianças negras e enjeitadas no século XIX.

Novas mudanças no pensamento brasileiro sobre os cuidados com as crianças e adolescentes são percebidos apenas no século XX. O Brasil passou da década de 1920   de 1980, por um processo de transformações relacionadas ao atendimento das crianças e aos adolescentes em situação de risco, os chamados “menores”. Essas transformações,

decorrentes dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, teoricamente, se justificavam por oferecerem melhoria na qualidade de vida dos “menores”, mas na prática, muitas vezes, apenas os retiravam das ruas e os “trancafiavam” em instituições, submetendo-os a situações dolorosas, justificadas pela educação por meio do “trabalho e do castigo”.

Essa situação só se modificou no final da década de 1980, quando o país passou por um processo de “redemocratização”, em que a sociedade civil e principalmente os movimentos sociais se mobilizaram na defesa da igualdade e da garantia de direitos. Com base nessa mobilização, surgiu a Constituição brasileira de 1988, cujo Artigo 227 se direciona a todas as crianças e adolescentes, sem quaisquer distinções. Foi a partir desse artigo que se originou, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado uma das mais modernas leis direcionadas à questão da criança e do adolescente, servindo de referência para vários países do mundo. O ECA consiste no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, independentemente de sua condição social.

Por fim, cabe destacar que, mesmo com a implementação do ECA, a prática de táticas de sobrevivência continua frequente, impulsionando, a cada dia, crianças e adolescentes às diversas situações de risco, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo atividades variadas. Essas práticas presentes nos espaços públicos urbanos, tornaram-se frequentes desde que os princípios capitalistas neoliberais passaram a orientar a política econômica brasileira, impulsionando o aumento da pobreza do povo brasileiro, aprofundando a desigualdade e da violência .

Social history of children and adolescents in risk situations in Brazil from legal frameworks and everyday life

Abstract. The problems involving children and adolescents at risk is subject reticent in Brazil. Several authors address questions that seek to understand the historical partner everyday and the political, economic, social and cultural phenomena that go through this everyday redefining the history of Brazil. In this track, this paper presents a theoretical understanding of the daily lives of children and adolescents in the late nineteenth century and the twentieth in an attempt to elucidate the way they were treated, especially those who were in a

situation of personal and social risk. It stands out public policies and legislation concerning children and adolescents and what kind of impact they had on daily life and social activities. It is worth noting that during the history of Brazil poor children and adolescents have always been involved in a load of prejudices that characterized them as inferior beings, worthy of pity and victims of violence by society and the State. During the term of the Juvenile Code, approved in 1927, it became the responsibility of the State that included an Irregular Situation Doctrine. Since the 1927 Code to the National Policy of Welfare of Children, corresponding to the reformulation of the 1979 Children's Code, it took more than fifty years, it was employed the practice of detention of children and adolescents, regardless of whether it, an authoritarian political regime or democratic - behavior correction or education for social integration, respectively. Only with the 1988 Federal Constitution is that were entered in Brazil, the International Children's Rights, proclaimed by the UN since 1950. Moreover, it was with the creation of the Child and Adolescent (ECA) the state assumed responsibility for comprehensive care to children and adolescents, considering the subjects of rights, duties and knowledge. Extinguished the term "minor" and went into effect the "children and adolescents" expression. However, even with the new law, children and adolescents are still being abused and exposed to various risk situations.

Keywords. Social History. Risk situation. Social movements. Children and Adolescents.

La historia social de los niños y adolescentes en situación de riesgo en Brasil a partir de los marcos legales y cotidianos

Resumen. Los problemas que afectan a niños y adolescentes en situación de riesgo es reticente tema en Brasil. Varios autores abordan cuestiones que tratan de entender lo cotidiano socio histórico y los fenómenos políticos, económicos, sociales y culturales que pasan por esto todos los días la redefinición de la historia de Brasil. En esta pista, este trabajo presenta una comprensión teórica de la vida cotidiana de los niños y adolescentes de finales del siglo XIX y del XX, en un intento de dilucidar la forma en que fueron tratados, especialmente los que estaban en una situación de riesgo personal y social. Se destaca las políticas públicas y la legislación relativa a los niños y adolescentes y qué tipo de impacto que tuvieron en la vida cotidiana y las actividades sociales. Vale la pena señalar que durante la historia de los niños y adolescentes pobres de Brasil siempre han estado involucrados en una carga de prejuicios que les caracterizan como seres inferiores, dignos de lástima y víctimas de la violencia por parte de la sociedad y el Estado. Durante la vigencia del Código del Menor, aprobada en 1927, se convirtió en la responsabilidad del Estado que incluyó una doctrina de la situación irregular. Dado que el Código 1927 a la Política Nacional de Promoción de la Niñez, que corresponde a la reformulación del Código de la Infancia 1979, se tardó más de cincuenta años, que se empleó la práctica de la detención de niños y adolescentes, con independencia de que, un régimen político autoritario o democrático - corrección de la conducta o la educación para la integración social, respectivamente. Sólo con la Constitución Federal de 1988 es que se introdujeron en Brasil, Derechos de los Niños Internacional, proclamado por la ONU desde 1950. Por otra parte, fue con la creación del Niño y del Adolescente (ECA), el Estado asumió la responsabilidad de atención integral a los niños y adolescentes, teniendo en cuenta los temas de derechos, deberes y conocimiento. Extinguido el término "menor" y entró en vigor el "niños y adolescentes" expresión. Sin embargo, incluso con la nueva ley, los niños y adolescentes siguen siendo abusados y expuestos a diversas situaciones de riesgo.

Palabras clave: Historia Social. Situación de riesgo. Los movimientos sociales. Niños y adolescentes.

Referências

- ALMEIDA, Fernanda Maria Brito Gonçalves. **A busca do Axé para a integração de crianças em situação de risco**. Salvador: Projeto Axé, 1997.
- _____. **De Olho na Rua**: O Axé integrando crianças em situação de risco. Salvador: UFBA, 2000.
- ALVES, Crésio. Criança no Brasil. **O Combate**, Vitória da Conquista, 10 fev. 1962.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BETTO, Frei. **Sinal de Contradição**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- BIERRENBACH, Maria Inês Rocha Souza. **Política e planejamento social**. São Paulo: Cortez, 1987.
- BRASIL. **Código de Menores**: Lei n. 17343/A, de 12 de outubro de 1927. Rio de Janeiro, 1927.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 14 de julho de 1990.
- _____. **Constituição da República Federativa**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2006.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Aventura Pedagógica**: Caminhos e Descaminhos de uma Ação educativa. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.
- DREXEL, John; IANNONE, Leila Rentroia. **Criança e miséria**: vida ou morte? 10. ed. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1979. (Coleção Educação Universitária).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa demográfica. In: GENTILLI, Pablo A. A.; SILVA Tomaz Tadeu da Silva (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Internados – Os desafios do Estado Padrasto. In: MARTINS, José de Souza (Cord.). **O Massacre dos Inocentes: A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MACHADO, Antonio Luiz Ribeiro. **Código de Menores comentado**. São Paulo: Saraiva, 1986.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Eleonora; BARBOSA, Hélia. **Nós e o Estatuto da Criança e do adolescente**. Salvador: A Folha, 1990.

RAMOS, Lilian Maria. **Educação de Rua: o que é, o que faz, o que pretende?** Rio de Janeiro: Amais Editora, 1999.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SOUZA NETO, João Clemente de. **Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência**. 2. ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no Sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas-SP: Papirus, 1999.

VERDÉS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social: práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

*Recebido em dezembro de 2015.
Aprovado em abril de 2016.*